



21019387



08084.001885/2022-15

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, Sala 621 - Bairro Zona Cívica Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3230 - <https://www.gov.br/mj/pt-br>**TERMO DE REFERÊNCIA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2022

PROCESSO Nº 08084.001885/2022-15

1. OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos eletroeletrônicos para atender às necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	Unidade de Medida	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	Valor Máximo Aceitável
1	1	Câmera para filmagem profissional	465781	un	1	R\$ 24.011,12	R\$ 24.011,12
	2	Bateria	389197	un	2	R\$ 732,73	R\$ 1.465,46
	3	Lente 24-105mm	485491	un	1	R\$ 12.950,54	R\$ 12.950,54
	4	Lente 16-35mm	600701	un	1	R\$ 20.208,48	R\$ 20.208,48
2	5	Câmera fotográfica	602438	un	1	R\$ 20.789,49	R\$ 20.789,49
	6	Adaptador de lentes	485491	un	1	R\$ 1.749,34	R\$ 1.749,34
	7	Bateria	296804	un	2	R\$ 723,99	R\$ 1.447,98
	8	Lente 24-70mm	600725	un	1	R\$ 16.520,34	R\$ 16.520,34
	9	Lente 70-200mm	600727	un	1	R\$ 17.302,83	R\$ 17.302,83
3	10	Câmera fotográfica DSLR	600724	un	1	R\$ 9.618,52	R\$ 9.618,52
	11	Bateria	273095	un	2	R\$ 815,58	R\$ 1.631,16
	12	Lente 24-70mm	600725	un	1	R\$ 12.544,26	R\$ 12.544,26
	13	Lente 70-200mm	600727	un	1	R\$ 12.002,70	R\$ 12.002,70
4	14	Cancela veicular 1	375960	un	8	R\$ 4.351,45	R\$ 34.811,60
	15	Cancela veicular 2	486674	un	1	R\$ 4.726,77	R\$ 4.726,77
	16	Cancela veicular 3	486079	un	1	R\$ 5.051,63	R\$ 5.051,63
17		Filmadora	478208	un	4	R\$ 24.990,00	R\$ 99.960,00
18		HD externo	484069	un	1	R\$ 2.065,03	R\$ 2.065,03
19		Tripé	465485	un	1	R\$ 4.021,25	R\$ 4.021,25
20		Tripé portátil	217960	un	1	R\$ 125,07	R\$ 125,07

21	Flash	470968	un	1	R\$ 4.346,10	R\$ 4.346,10
22	Frigobar	431266	un	20	R\$ 1.375,07	R\$ 27.501,40
23	Micro-ondas	354973	un	69	R\$ 664,03	R\$ 45.818,07
24	Televisor 55"	471011	un	60	R\$ 3.036,24	R\$ 182.174,40
25	Refrigerador Duplex	437341	un	30	R\$ 2.977,00	R\$ 89.310,00
26	Umidificador	297332	un	80	R\$ 177,04	R\$ 14.163,20
27	Fragmentadora Pequeno Porte	291756	un	20	R\$ 551,00	R\$ 11.020,00
28	Fragmentadora Grande Porte	463476	un	6	R\$ 3.300,00	R\$ 19.800,00
29	Projeto 5.000 lumens	475686	un	9	R\$ 29.601,56	R\$ 266.414,04
30	Tela de Projeção Fixa	470925	un	1	R\$ 375,87	R\$ 375,87
31	Televisor 43"	439362	un	100	R\$ 2.110,73	R\$ 211.073,00
32	Ventilador	445459	un	30	R\$ 261,32	R\$ 7.839,60
33	Balança Digital até 6kg	261904	un	1	R\$ 1.070,07	R\$ 1.070,07
34	Balança Digital até 50kg	253759	un	1	R\$ 1.297,73	R\$ 1.297,73
35	Impressora de Etiquetas	433268	un	2	R\$ 2.048,44	R\$ 4.096,88
36	Fragmentadora de papel - 150 folhas	600193	un	1	R\$ 4.189,44	R\$ 4.189,44
37	Projeto 25.000 lumens	446924	un	1	R\$ 426.170,60	R\$ 426.170,60
38	Tela de Projeção Motorizada	381370	un	9	R\$ 1.061,21	R\$ 9.550,89
39	Climatizador Evaporativo	449881	un	15	R\$ 6.859,50	R\$ 102.892,50
40	Estrutura metálica para tela de projeção - Módulo Boxtruss	371776	un	1	R\$ 2.217,66	R\$ 2.217,66
41	Projeto 3.400 Lumens	480904	un	1	R\$ 6.868,92	R\$ 6.868,92
42	Key Light	600317	un	2	R\$ 6.999,00	R\$ 13.998,00
43	Luz de Cenário 1	600723	un	6	R\$ 2.574,09	R\$ 15.444,54
44	Luz de Cenário 2	600390	un	4	R\$ 1.167,42	R\$ 4.669,68
45	Back Light	600317	un	1	R\$ 1.556,70	R\$ 1.556,70
46	Furadeira/Parafusadeira	125440	un	1	R\$ 1.069,33	R\$ 1.069,33
TOTAL						R\$ 1.777.932,19

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

Órgão Gerenciador: Ministério da Justiça e Segurança Pública							
Grupo	Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Quantidade aquisição imediata	Valor Unitário	Valor de Referência Aquisição Imediata

1	1	Câmera para filmagem profissional	un	1	1	R\$ 24.011,12	R\$ 24.011,12
	2	Bateria	un	2	2	R\$ 732,73	R\$ 1.465,46
	3	Lente 24-105mm	un	1	1	R\$ 12.950,54	R\$ 12.950,54
	4	Lente 16-35mm	un	1	1	R\$ 20.208,48	R\$ 20.208,48
2	5	Câmera fotográfica	un	1	1	R\$ 20.789,49	R\$ 20.789,49
	6	Adaptador de lentes	un	1	1	R\$ 1.749,34	R\$ 1.749,34
	7	Bateria	un	2	2	R\$ 723,99	R\$ 1.447,98
	8	Lente 24-70mm	un	1	1	R\$ 16.520,34	R\$ 16.520,34
	9	Lente 70-200mm	un	1	1	R\$ 17.302,83	R\$ 17.302,83
3	10	Câmera fotográfica DSLR	un	1	1	R\$ 9.618,52	R\$ 9.618,52
	11	Bateria	un	2	2	R\$ 815,58	R\$ 1.631,16
	12	Lente 24-70mm	un	1	1	R\$ 12.544,26	R\$ 12.544,26
	13	Lente 70-200mm	un	1	1	R\$ 12.002,70	R\$ 12.002,70
4	14	Cancela veicular 1	un	8	8	R\$ 4.351,45	R\$ 34.811,60
	15	Cancela veicular 2	un	1	1	R\$ 4.726,77	R\$ 4.726,77
	16	Cancela veicular 3	un	1	1	R\$ 5.051,63	R\$ 5.051,63
17		Filmadora	un	4	4	R\$ 24.990,00	R\$ 99.960,00
18		HD externo	un	1	1	R\$ 2.065,03	R\$ 2.065,03
19		Tripé	un	1	1	R\$ 4.021,25	R\$ 4.021,25
20		Tripé portátil	un	1	1	R\$ 125,07	R\$ 125,07
21		Flash	un	1	1	R\$ 4.346,10	R\$ 4.346,10
22		Frigobar	un	20	10	R\$ 1.375,07	R\$ 13.750,70
23		Micro-ondas	un	30	15	R\$ 664,03	R\$ 9.960,45
24		Televisor 55"	un	60	30	R\$ 3.036,24	R\$ 91.087,20
25		Refrigerador Duplex	un	30	15	R\$ 2.977,00	R\$ 44.655,00
26		Umidificador	un	80	40	R\$ 177,04	R\$ 7.081,60
27		Fragmentadora Pequeno Porte	un	20	10	R\$ 551,00	R\$ 5.510,00
28		Fragmentadora Grande Porte	un	6	3	R\$ 3.300,00	R\$ 9.900,00
29		Projetor 5.000 lumens	un	9	5	R\$ 29.601,56	R\$ 148.007,80
30		Tela de Projeção Fixa	un	1	1	R\$ 375,87	R\$ 375,87
31		Televisor 43"	un	100	50	R\$ 2.110,73	R\$ 105.536,50
32		Ventilador	un	30	15	R\$ 261,32	R\$ 3.919,80

33	Balança Digital até 6kg	un	1	1	R\$ 1.070,07	R\$ 1.070,07
34	Balança Digital até 50kg	un	1	1	R\$ 1.297,73	R\$ 1.297,73
35	Impressora de Etiquetas	un	2	1	R\$ 2.048,44	R\$ 2.048,44
36	Fragmentadora de papel - 150 folhas	un	1	1	R\$ 4.189,44	R\$ 4.189,44
37	Projeto 25.000 lumens	un	1	1	R\$ 426.170,60	R\$ 426.170,60
38	Tela de Projeção Motorizada	un	9	5	R\$ 1.061,21	R\$ 5.306,05
39	Climatizador Evaporativo	un	15	8	R\$ 6.859,50	R\$ 54.876,00
40	Estrutura metálica para tela de projeção - Módulo Boxtruss	un	1	1	R\$ 2.217,66	R\$ 2.217,66
42	Key Light	un	2	2	R\$ 6.999,00	R\$ 13.998,00
43	Luz de Cenário 1	un	6	6	R\$ 2.574,09	R\$ 15.444,54
44	Luz de Cenário 2	un	4	4	R\$ 1.167,42	R\$ 4.669,68
45	Back Light	un	1	1	R\$ 1.556,70	R\$ 1.556,70
46	Furadeira/Parafusadeira	un	1	1	R\$ 1.069,33	R\$ 1.069,33
TOTAL AQUISIÇÃO IMEDIATA						R\$ 1.281.048,83

Órgão Participante: Departamento Penitenciário Nacional						
Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Quantidade aquisição imediata	Valor Unitário	Valor Referência Aquisição Imediata
23	Microondas	un	39	39	R\$ 664,03	R\$ 25.897,17
41	Projeto 3.400 Lumens	un	1	1	R\$ 6.868,92	R\$ 6.868,92
TOTAL AQUISIÇÃO IMEDIATA						R\$ 32.766,09

1.2. As especificações técnicas mínimas dos bens e serviços a serem contratados constam do Anexo do Termo de Referência.

1.2.1. Havendo divergência na descrição dos itens entre o portal comprasgovernamentais-catmat e o Termo de Referência, prevalecerá a deste Termo.

1.3. A presente contratação dar-se-á por intermédio de Sistema de Registro de Preços, fundamentado no art. 3º, II e III, do Decreto nº 7.892/2013, na modalidade Pregão Eletrônico, consoante Decreto nº 10.024/2019.

1.4. A participação na intenção de registro de preços da ata será permitida apenas para órgão específico, qual seja Departamento Penitenciário Nacional UASG 200326, nos termos da Portaria MJ nº 405/2020 (14582428), tendo em vista tratar-se de órgão vinculado ao MJSP, bem como a similaridade dos objetos e a capacidade de operacionalização da gestão da ata.

1.5. Ainda, considerando que esta contratação se presta às necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública e de suas instituições vinculadas, não será permitido o uso da ata de registro de preços por entidades além dos órgãos gerenciador e participante.

1.6. O Termo de Contrato será substituído por Nota de Empenho.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os bens a serem adquiridos apresentam padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência por meio de especificações usuais no mercado, enquadrando-se na classificação de bens comuns, conforme apregoam os normativos regidos pela Lei nº 10.520/02, Decreto nº 3.555/00, e Decreto nº 10.024/2019.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto consoante estabelecido no item 14 do Estudo Técnico Preliminar, Anexo I deste Termo de Referência.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da emissão da ordem de fornecimento, em remessa parcelada, nos seguintes endereços:

6.1.1. Ministério da Justiça e Segurança Pública:

6.1.1.1. Serviço de Patrimônio da Divisão de Material e Patrimônio/COSEG/CGDS, Esplanada dos Ministérios, Bloco "T", Mezanino do 1º subsolo do ed. Sede, Brasília - DF, CEP 70064-900.

6.1.2. Departamento Penitenciário Nacional:

6.1.2.1. SCN Quadra 03 Bloco B Lote 120, Edifício Victória, Brasília/DF, CEP: 70.710-000

6.1.3. A remessa parcelada dar-se-á da seguinte forma:

6.1.3.1. quantitativos estabelecidos no subitem 1.1.1 para entrega imediata; e

6.1.3.2. demais entregas de acordo com a necessidade e capacidade de instalação dos demais equipamentos.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução contratual.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução da contratação.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto da contratação.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido a contratação em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6/100)/365$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

14. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. A exigência de garantia de execução constitui-se em uma discricionariedade da Administração Pública e, no presente caso, trata-se de aquisição de bens e de execução sob demanda, no qual o objeto será cumprido no momento da entrega do material, sem necessidade de apresentação de garantia de execução por parte dos licitantes.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

15.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

15.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

15.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

15.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da

Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

15.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

15.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

15.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

15.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

15.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) Multa:

- moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.4. Valor Global: **R\$ 1.777.932,19 (um milhão, setecentos e setenta e sete mil novecentos e trinta e dois reais e dezenove centavos)**

17.5. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

17.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

17.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 1.777.932,19 (um milhão, setecentos e setenta e sete mil novecentos e trinta e dois reais e dezenove centavos)**

18.1.1. Valor do órgão gerenciador: **R\$ 1.745.166,10 (um milhão, setecentos e quarenta e cinco mil cento e sessenta e seis reais e dez centavos)**, dos quais **R\$ 1.281.048,83 (um milhão, duzentos e oitenta e um mil quarenta e oito reais e oitenta e três centavos)** para aquisição imediata.

18.1.2. Valor do órgão participante DEPEN: **R\$ 32.766,09 (trinta e dois mil setecentos e sessenta e seis reais e nove centavos)**

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2022, a cargo deste Ministério, cujos programas de trabalho e elemento de despesas específicas seguem descritos abaixo e ainda constarão da respectiva Nota de Empenho:

Programa de Trabalho: 04122003220000001

Natureza de Despesa: 449052

Plano Interno (PI): GL99PRCGLMP

PTRES: 172205

Fonte: 0100000000

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições como forma de justificar a não prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência, ou mesmo a existência de anormalidades não previstas nas especificações.

- 20.2. Anexos:
- 20.2.1. I - Estudo Técnico Preliminar 21/2022 (18632854)
- 20.2.2. II - Especificações Técnicas (20289046)
- 20.2.3. III - Modelo de Proposta (20710355)

Brasília/DF, 23 de novembro de 2022.

DANIEL FARIAS E OLIVEIRA

Administrador

APROVO o presente Termo de Referência e seus anexos, nos termos do art. 7º, inciso I da Portaria SAA nº 76, de 25 de novembro de 2021.

SANDRA CHAVES VIDAL

Coordenadora-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais



Documento assinado eletronicamente por **LIDIANNY ALMEIDA DE CARVALHO, Pregoeiro(a)**, em 06/12/2022, às 08:59, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **21019387** e o código CRC **F86293C5**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.